



LABORATÓRIOS DE PROJETOS + ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Abordagem crítica sobre a implantação de Laboratórios de Projetos e Estágios Supervisionados nas escolas de Arquitetura e o papel didático-pedagógico desses instrumentos no âmbito do ensino de Arquitetura.

RIBEIRO, Orlando P.

arquiteto, Mestrando (PROPAR-UFPR/PUCPR-2000), Professor Curso de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Ciências Exatas e Tecnológicas – Centro Universitário Positivo (UnicenP), Coordenador do

Laboratório de Projetos e do Estágio Supervisionado e do Curso de Pós-Graduação.

Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 – CEP 81280-330, Campo Comprido, Curitiba, PR,

Fone: 317-3029, Fax: 317-3030, e-mail: arquitetura@unicenp.br, oribeiro@unicenp.br.

RESUMO

A proposta deste trabalho é abordar as implicações acadêmicas e profissionais provenientes da implantação de Laboratórios de Projetos (Escritórios Modelos) como instrumentos de apoio às atividades didático-pedagógicas nas disciplinas de projeto, e de como utilizar estes instrumentos para resgatar a qualidade dos Estágios Supervisionados aos alunos de graduação de arquitetura e urbanismo brasileiros. Os Laboratórios de Projetos em funcionamento no sul do país demonstram ser importante instrumento didático, complementam os ensinamentos responsáveis e doutrinários dos ateliês. Ao promover e estimular atividades de extensão universitária com alunos, professores e comunidade, os Laboratórios de Projetos desenvolvem experiências de ensino/aprendizado que merecem reflexões por parte das instituições que desejam implantar nos seus cursos este instrumento. Ao observar os trabalhos acadêmicos dos alunos envolvidos nas atividades dos Laboratórios de Projetos, verificamos aumentos significativos das suas habilidades em projetar. Além disso, como proposta para auxílio às tarefas de pesquisas científicas, os laboratórios podem prestar um apoio significativo aos professores, contribuindo diretamente para sua atualização e aperfeiçoamento. Ao cadastrar edifícios considerados como referência de arquitetura de excelência, os alunos fazem levantamentos arquitetônicos e fotográficos, pesquisam sobre a história das obras e seus autores, pesquisam sobre a legislação de uso de solo, o impacto no entorno imediato, digitalizam a representação gráfica bidimensional e tridimensional e montam maquetes físicas. Estes trabalhos podem formar um acervo nacional, com o intuito de constituir uma base de dados que fomente a atividade de pesquisa científica na área de arquitetura e urbanismo, e, por conseguinte, permita motivar os alunos para importância da continuidade dos estudos de pós-graduação na busca da excelência em seus trabalhos profissionais.

Palavras-chave

Laboratórios de Projeto, Estágio Supervisionado.

ABSTRACT

This work is about the academic and professional consequences of using an Architecture Design Lab as way of helping the pedagogical process in Architecture Design subjects. It concerns how to reach quality in trainee programs for Brazilian students through the Architecture Design Lab, as well. The existent Architecture Design Labs experience in south Brazil shows the importance of complementing students' education in Architecture Design. While promoting extra class activities with students, teachers and the community, the Architecture Design Labs develops lots of learning/teaching experiences. The reflections of those experiences can give support to institutions that want to implement an Architecture Design Lab. Through the observation of the students who participated in Architecture Design Lab activities of UnicenP we can see evidence of their design abilities development. Moreover the Architecture Design Lab can help teachers in their research tasks, contributing for their improvement. In order to register relevant architectural buildings, the students of UnicenP take measures from the buildings, make photos, search for the historic information about them, their author, the legislation involved, draw the plans using digital techniques, makes the 3D electronic model and the maquette. Those work figures a national database that stimulates scientific research in architecture and shows the students the importance of the continuing education for reach excellence in their professional works.

Keywords

Design Lab, Supervised Period of training

CONSIDERAÇÕES GERAIS

É de comum acordo que o sistema de ensino da arquitetura passa por uma grave crise, a qual reflete-se na baixa qualidade da produção arquitetônica atravessada pelo país. Este quadro tem persistido por várias décadas e pode-se dizer que o ensino precário, leva à atividade profissional de má qualidade e vice-versa, ação que resulta em um sistema que se retro-alimenta. Com frequência, ouvimos nos ateliês de todo o país, nas conversas nas salas dos professores nas universidades, nas salas de aula de mestrado e/ou doutorado, que uma das principais razões deste desajuste, é a ineficiência na busca do equilíbrio entre a trilogia (teoria, história e crítica) e a prática do projeto nos ambientes acadêmicos e profissionais.

A Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (MEC, 14 de junho de 1999), salienta a importância da busca pelo equilíbrio entre o saber e o fazer, entre a teoria e a prática.

Aprender significativamente é, antes de tudo, responder ao que é necessário, ao motivo que predispõe à ação, às atividades decorrentes que viabilizam a realização desse objetivo. É ação-reflexão-ação. Aprende-se fazendo e faz-se aprendendo.

Como contribuições de conteúdo didático, proponho neste trabalho a troca de experiências no desenvolvimento das atividades dos Laboratórios de Projetos (denominados de Escritórios Modelos por algumas instituições) e dos Estágios Supervisionados (principalmente os proporcionados pelas atividades dos Laboratórios de Projeto). Ambos são assuntos atuais, com impactos significativos nas relações do mercado de trabalho, no aumento da qualidade da formação dos futuros profissionais e principalmente na própria atualização e adequação dos currículos escolares, portanto são necessárias reflexões em caráter científico, para o aprimoramento do ensino de Arquitetura em nosso país.

Os Laboratórios de Projetos e os Estágios Supervisionados são complementares na formação acadêmica e funcionam como importantes instrumentos didáticos viabilizando freqüentes

extensões universitárias. Ambos servem para proporcionar aos alunos dos cursos de arquitetura as experiências de ensino/aprendizado em atividades reais de vida e de trabalho profissional. Orientados por professores do corpo docente da universidade, com horas de permanência para esta finalidade, e por arquitetos atuantes convidados, são realizados, com participação efetiva dos alunos do curso, em regime filantrópico, trabalhos para instituições sem fins lucrativos conveniadas com a instituição.

Para os estudantes, representa a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos durante a vida acadêmica e de fazer contato com o mercado profissional que enfrentarão no futuro. Para as universidades, o retorno das informações (dos estudantes, dos profissionais supervisores e dos professores orientadores) permite atualizar os programas, currículos, métodos e técnicas.

A PRÁTICA PROFISSIONAL E A TEORIA

Se a arquitetura é uma manifestação cultural complexa, isto é, que envolve uma grande quantidade de conhecimentos, assim também deve ser o professor de arquitetura. Se tal condição é praticamente impossível nos dias de hoje, visto a quantidade, especialidade e qualidade de informações necessárias, o professor deve então, englobar uma generalização destas informações. Para isso, constantes atualizações em cursos de extensão e pós-graduação devem ser realizadas, além da imprescindível atuação profissional como arquiteto.

A prática profissional (e todas as decorrências desta) é uma ferramenta insubstituível ao bom professor de projeto de arquitetura, é ela quem estabelece a relação física e concreta com o mundo real, já que a teoria e a crítica são abstratas.

Freqüentemente, nos deparamos com um mercado de trabalho cada vez mais exigente, o que implica na necessidade de formar nas universidades, profissionais bem preparados e com múltiplas habilidades. Além de competente em sua especialização, os profissionais devem ter qualificações como dinamismo, capacidade de raciocínio e lógica, para que saibam entender e transmitir idéias e ainda trabalhar em grupo. Estas habilidades são amplamente exploradas em atividades de extensão universitária proporcionadas pelo Laboratório de Projeto.

Além disso, podemos proporcionar dentro do ambiente acadêmico um Estágio Supervisionado de qualidade, uma vez que passamos aos alunos envolvidos as peculiaridades do desenvolvimento da atividade projetual no âmbito profissional, estabelecendo constantemente relação com a postura acadêmica.

LABORATÓRIOS DE PROJETOS OU ESCRITÓRIOS MODELOS?

Para que possamos desenvolver a discussão devemos primeiramente definir o que se entende por Laboratórios de Projetos e Estágios Supervisionados.

Os Escritórios Modelos, assim denominados, não encontram aceitação pacífica nos currículos profissionais, sejam gremiais, sejam de fiscalização, por sugerir concorrência desleal e/ou ilícita como veremos posteriormente. A denominação Laboratórios de Projetos encontra melhor aceitação.

O conceito de Escritório Modelo surgiu na França, ainda no início do século, e hoje é bastante difundido e conceituado em todo mundo. No Brasil ele surgiu em 1989, em São Paulo, com a constituição da Empresa Júnior da Fundação Getúlio Vargas-FGV.

A idéia de implantação de Escritórios Modelos em escolas de arquitetura partiu de uma iniciativa da FENEA - Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo e,

particularmente de sua Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, a DIEPE. Tal idéia vem sido amadurecida nos encontros regionais e nacionais da categoria, tendo inclusive, gerado a formulação de um documento inicial, o POEMA - Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura, que propõe facilitar o processo de sua implantação em diversas escolas do país.

O Escritório Modelo, segundo este documento, em linhas gerais, é uma associação civil sem fins lucrativos, totalmente gerida por estudantes de graduação, com autonomia administrativa em relação à Direção da Escola ou outra organização estudantil.

Existe um sério problema nesta formatação, ele foi imaginado como um escritório de prestação de serviços de arquitetura, por alunos, ou seja, por pessoas não habilitadas em assumir a responsabilidade civil que recai sobre estes serviços. Os alunos desconsideram a legislação federal do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) que estabelece que só pode exercer a profissão quem concluiu sua graduação e possui registro profissional no CREA de sua região.

Por se tratar de atividade de extensão universitária, o Laboratório de Projeção deve, por definição, estender o conhecimento adquirido e acumulado nos ensinos de Graduação e Pós-graduação e pesquisa na Universidade, e reconhecer que o registro e a divulgação desta atividade realimentam com dados da realidade do conhecimento universitário, para que possa ser útil ao desenvolvimento da sociedade e da comunidade acadêmica.

O discurso proferido pelos alunos do FENEA é compatível com a necessidade de estabelecer um elo entre a academia e a sociedade. O que não está correto é a forma com que pretendem conduzir esta ligação. Pretendem concorrer com profissionais formados, que já estão no mercado de trabalho, na disputa por serviços. Será que pararam para pensar que daqui a alguns poucos anos são eles que estarão disputando contra eles mesmos o seu sustento.

Algumas escolas que tentaram implantar seus Escritórios Modelos nesta equivocada formatação vêm prestando um desserviço as demais instituições que gostariam de fazê-lo, pois para viabilizarem seus projetos agem ilicitamente, utilizam profissionais habilitados pelo CREA, de forma fraudulenta, para assumir a responsabilidade técnica dos serviços prestados. Essa conduta recai num problema maior ainda de desvio de conduta profissional e de transgressão de ordem ética profissional estabelecido no Código de Ética do CONFEA.

Espero neste trabalho discutir algumas idéias que possam estabelecer práticas acadêmicas que justifiquem e conduzam a implementação de Laboratórios de Projetos que sejam disseminadores de conhecimento projetual teórico e prático e que ainda subsidiem Estágios Supervisionados de qualidade para todas os alunos de arquitetura.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Está cada vez mais complicado e escasso o bom estágio profissional em arquitetura. Os alunos não participam mais dos momentos de *insight* do projeto arquitetônico desenvolvido nos escritórios. O estagiário, na maioria das vezes, vêm sendo utilizado como mão-de-obra barata, (fato que vem ocorrendo em todas as áreas profissionais) na simples produção do material gráfico necessário para a materialização dos projetos de baixa qualidade que percebemos disseminar incontrolavelmente em todo o território nacional.

Embora seja defensor da utilização dos recursos computacionais na atividade projetual do arquiteto, tenho que admitir que com o aumento da implantação de sistemas CAD nos escritórios de arquitetura em todo o país, a principal atividade dos estagiários passou a ser a de desenhista copista. As maquetes não são mais físicas, são virtuais. Os desenhos

(representação gráfica bidimensional) não podem ser compreendidos na sua totalidade, são observadas em escala incompatível com a compreensão do todo. Trabalha-se em partes dos projetos utilizando ferramentas de simples edição e visualização de informações digitais que não carregam informações gráficas compatíveis com a representação gráfica, segundo as normas internacionais de desenho arquitetônico. As linhas não têm espessura, tem cor. O desenho cada hora está em uma escala. Por vezes faltam informações, pois as camadas contendo representações gráficas importantes estão “desligadas ou congeladas”.

Além disso, poucos são os escritórios que podem oferecer um estágio supervisionado atualmente. Mais uma pessoa no escritório significa mais um computador, mais *softwares*, mais um ponto de rede, mais uma cadeira com rodízios, etc. Ou seja: quem é que se disporia à investir para ensinar uma pessoa quem vêm para seu escritório ocupar seu tempo? O fato de que os estágios devam ser remunerados só aumenta o problema.

Sinto-me privilegiado por ter me formado na década de 90, antes da proliferação dos computadores e sistemas CAD nos escritórios de arquitetura. Sou do tempo em que o simples fato de passar a limpo o trabalho de um profissional permitia a compreensão da lógica de raciocínio utilizada pelo arquiteto, a proporção entre as partes com o todo, a relação do desenho com as maquetes físicas de estudo, as diferentes formas de expressão e representação, como desenhar uma perspectiva, e muito mais. Participávamos efetivamente do processo projetual do escritório, iniciávamos muitas vezes os primeiros estudos e acompanhávamos toda a evolução do projeto. Fazíamos as correções das partes observando simultaneamente o todo, representávamos o mesmo projeto diversas vezes em diversas escalas, fazendo com isso que soubéssemos todas as medidas utilizadas nos projetos.

Os profissionais tinham mais tempo para ensinar seus estagiários, hoje, são poucos os escritórios em que os profissionais dão expediente em período integral. Esse conjunto de procedimentos fazia com que pudéssemos construir no pensamento os edifícios e passeássemos virtualmente por eles sem necessitar de maquetes eletrônicas e óculos tridimensionais.

Analisando todos estes aspectos, percebo que os Laboratórios de Projetos podem funcionar como um resgate à qualidade do estágio profissional.

As diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria 1770 / 94, para o currículo mínimo dos cursos de arquitetura e urbanismo, não determinaram a obrigatoriedade da disciplina Estágio Supervisionado. Algumas instituições de ensino de arquitetura, contudo, consideram o Estágio Supervisionado Profissionalizante obrigatório dentro da sua estrutura curricular, reconhecendo a importância para a formação do aluno, da experiência junto ao campo profissional.

Não obstante, a sua recente inclusão na estrutura curricular dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a atividade do Estágio Supervisionado Profissionalizante já dispõe de suporte legal através de textos que tratam dos procedimentos e disposições a exemplo da Lei Nº 6494 de 07/12/77, regulamentada pelo Decreto 87.497 de 18/08/82.

Ao lado dos suportes legais existentes que permitem a implementação da disciplina nos diversos cursos de graduação, é de salientar-se as posições favoráveis sobre a importância desta atividade profissionalizante, manifestadas através do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), que na oportunidade propôs uma série de procedimentos em nível de conscientização das empresas com relação a importância do estágio na formação profissional e no estabelecimento de normas de acompanhamento, sendo também objeto de discussão no I Encontro Nacional de Estágios na Arquitetura e Urbanismo,

sob o patrocínio da FENEA – Federação Nacional das Escolas de Arquitetura, realizado em julho de 96, na cidade de Fortaleza.

Diante das variadas formas vigentes de estágio compreendeu a plenária deste encontro na necessidade de elaboração de um documento que reafirmasse princípios resultando na “CARTA ABERTA SOBRE O ESTÁGIO EM ARQUITETURA E URBANISMO”, que enfatiza esta atividade como complementar à formação do estudante de arquitetura, constituindo-se numa oportunidade de treinamento e participação no processo de criação, oferecendo-lhe ainda o contato com a vida profissional e o mercado de trabalho, no primeiro momento de atuação, possibilitando ainda uma maior identificação com a área que se pretende atuar profissionalmente.

Em maio de 2003, realizou-se no Curso de Arquitetura e Urbanismo do UnicenP o Seminário de Avaliação Curricular com os objetivos definidos de: a) avaliar o processo implementado desde 2000, em função da reforma Curricular; b) elaborar diretrizes para implementação e aperfeiçoamento do currículo; c) elaborar projeto sistemático de avaliação curricular e produção de indicadores.

Como metodologia estabeleceu-se a formação de grupos temáticos sendo um deles dedicado ao tema do Estágio Supervisionado. O grupo temático constituído pelos Professores Carlos Eduardo Urrutigaray Botelho, Giselle Dziura, Gisele Pinna Braga, Orlando Ribeiro, Armando Ito, Maurício Diogo dos Santos, que estiveram presentes assiduamente às referidas reuniões, reconheceram a importância do estágio, formulando um elenco de 11 itens de recomendações, entre eles a montagem de uma proposta de “Regulamento do Estágio Supervisionado”.

Com a atividade didática realizada no início do primeiro semestre de 2003, coube a este “Grupo de Trabalho” a estruturação e o preparo do presente Regulamento da Disciplina de Estágio Supervisionado, com a finalidade de dar cumprimento às decisões da reforma curricular e do seminário de avaliação realizado em 1999.

Assim, coloca-se o Curso de dentro da melhor conceituação atual de ensino, assumindo esta iniciativa, dentro de suas imprescindíveis funções de ensino e orientadora da formação profissional ao aluno de Arquitetura.

LABORATÓRIOS DE PROJETOS = TEORIA + PRÁTICA + CRÍTICA

Somente a busca pelo ensino de arquitetura de excelência, poderá alterar este processo. Para tal, é necessário quebrar a inércia existente. Portanto devemos lutar para: a reestruturação do ensino da arquitetura; a reorganização das faculdades de arquitetura; a reciclagem dos professores de arquitetura (o que resultaria na formação de um novo quadro de arquitetos); pela reciclagem do quadro de arquitetos atuantes; pela importação de arquitetos de países de melhor formação profissional, a implantação de Laboratórios de Projetos nos cursos, outros...

Os dois veículos principais para a crítica na arquitetura são: o ambiente acadêmico e a literatura. Como professores, temos a capacidade de influir diretamente nos dois campos, sendo que de forma imediata no primeiro. Portanto, uns pequenos grupos de bons professores podem formar centenas de bons novos arquitetos.

As ferramentas básicas com que deve atuar o arquiteto professor são: a teoria, a crítica e a história, aliadas à técnica e à prática. Destas ferramentas, pode-se dizer que a teoria e a história fazem o grande solo fértil sobre o qual deve se assentar a boa arquitetura. Cabe à crítica, sólida e bem estruturada, atuar como o fermento e fertilizante e a prática ser orientada e acompanhada para que seja mantida a integridade do processo projetual de excelência.

Toda crítica seja ela teórica ou prática, como primeira definição, contém um juízo estético, o qual comporta: a complexidade da bagagem de conhecimento do crítico; a metodologia aplicada; a capacidade analítica e sintética; sensibilidade; intuição; gosto; compromisso ético (a melhora da sociedade, o enriquecimento do gosto artístico, a defesa da adequação da arquitetura e seus fins).

Cabe ao professor em relação ao aluno: o primeiro propósito da crítica de arquitetura é o desvendar o conteúdo da obra; durante a crítica dirigida ao trabalho, a teoria deve se manifestar como sustentáculo de seu raciocínio, assim o aluno poderá avaliar e assimilar os argumentos apresentados; se a crítica literária pode ser entendida como a base para a consciência literária do público leitor, também pode, paralelamente, vir a ser a consciência projetual do estudante de arquitetura; a crítica deve ser vista pelo professor, como esforço intelectual necessário para verificar a presença ou a ausência de atributos, interpretando e explicando as intenções aleatórias do aluno.

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO

Em atenção à iniciativa do PPGAU/UFRN, de organizar o I Seminário Nacional de Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura – PROJETAR 2003, venho sugerir algumas reflexões acerca do tema LABORATÓRIOS DE PROJETOS + ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Abordagem crítica sobre a implantação de laboratórios de projetos nas escolas de arquitetura e do papel dos estágios supervisionados como instrumentos didático-pedagógicos no âmbito do ensino de arquitetura. Considerarei ser oportuno propor um debate sobre estes temas, na medida em que:

encaminhado adequadamente a implantação e a gestão desse tipo de organização acadêmica pode obter resultados expressivos no desenvolvimento do senso crítico inerente ao exercício profissional em atividades de extensão universitária;

todas as universidades brasileiras, sem exceção, têm reivindicado a organização de Laboratórios de Projetos, mas tem sido, seu intento, parcialmente frustrado por várias razões - as quais interessa analisar e expor à crítica adiante;

as atividades de um Laboratório de Projetos apresentam importantes problemas (e soluções) de ordem ética, acadêmicas e gerenciais, que têm sido insuficientemente discutidos e solucionados por seus coordenadores;

implica na ampliação do leque de oportunidades de aprendizado profissionalizante e de iniciativas de pesquisa e extensão em Arquitetura e Urbanismo, e é fundamental que sua discussão passe pelos eixos de trabalho universitário em ensino, pesquisa e extensão, que expresse uma solução possível de coordenação dessas “dimensões universitárias”.

A BUSCA POR TAREFAS NECESSÁRIAS E POSSÍVEIS COM ATIVIDADES VIÁVEIS E SOCIOCULTURAIS

Freqüentemente, nos deparamos com o seguinte problema: Ao tentar fazer uma pesquisa sobre a arquitetura residencial dos arquitetos do nosso estado ou município, percebemos que não temos material necessário nem para estabelecer um projeto de pesquisa. Analisando em conjunto os nossos problemas acadêmicos destacamos os seguintes:

Os professores não possuem a sua disposição material suficiente para fazer pesquisas sobre projeto além de ter pouco tempo para o exercício profissional fora da escola;

Os alunos não encontram local apropriado para fazer um estágio adequando e quando encontram, não são acompanhados e supervisionados com a devida necessidade para o seu aproveitamento e conseqüente evolução;

A arquitetura nacional continua carente de material de pesquisa e vem sendo realimentada por poucos arquitetos que continuam seus estudos em cursos de pós-graduação, fazendo com que as pesquisas sempre sejam feitas sobre os mesmos assuntos, obras e autores (os que possuem alguns registros históricos).

Neste contexto, proponho algumas atividades necessárias e possíveis para exercício profissional em caráter de Estágio Supervisionado nos Laboratórios de Projetos.

Inicialmente, podemos estimular os alunos a fazerem levantamentos arquitetônicos de obras notórias (importantes objetos de estudo). Esta tarefa pode ser feita por estudantes de primeiro e segundo ano e o produto final (fotos, maquetes físicas e eletrônicas, desenhos, croquis, etc) deve ficar disponível para outras escolas (alunos e professores). Este trabalho deve vir acompanhado por estudos teóricos e registros históricos. Em pouco tempo produziríamos um acervo fantástico. Pode ser feita ainda digitalização (representação gráfica por meio digital) de antigos projetos (objetos de concurso principalmente) que hoje convivem forçosamente com traças e poeira nos arquivos mortos de grandes escritórios no país.

Posteriormente partiríamos para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos. Sob a supervisão de professores e arquitetos, os alunos se envolveriam em situações reais de projeto auxiliando instituições que necessitem de orientação em arquitetura e urbanismo.

PRESSUPOSTOS UNIVERSAIS

Os Laboratórios de Projetos de Arquitetura e Urbanismo pretendem desenvolver projetos de arquitetura e urbanismo com a colaboração de estudantes e professores simultaneamente.

Os trabalhos de desenvolvimento de projetos devem visar objetivos de ensino definidos quanto à formação de arquitetos e urbanistas, com o envolvimento tanto prático quanto teórico-didático.

Deve prestar serviços para a comunidade, especialmente àquela sua fração que não tem recursos para contratar arquitetos e urbanistas, mas que necessitaria de projetos (portadores de um mínimo de qualidade técnica), para conseguir recursos para as obras de cunho social, com impacto relevante.

Devem transmitir conhecimentos para a comunidade, aplicando técnicas alternativas, nascidas de pesquisas originais acerca de materiais e sistemas construtivos, de soluções arquitetônicas e mesmo de planos de ação comunitária, politizada e organizada.

Demonstra ser um extraordinário instrumento para as políticas acadêmicas de extensão e para o estímulo à pesquisa em nossa área de conhecimento.

CONDIÇÕES MÍNIMAS

Que condições seriam necessárias para a implementação de Laboratórios de Projetos nos cursos de arquitetura e urbanismo?

Para o debate, coloco algumas: a existência de professores em dedicação exclusiva à Universidade e à escola de arquitetura - ou com a dedicação e interesse necessários à manutenção do trabalho implicado; a existência de espaço físico e institucional para o desenvolvimento de trabalhos comprometidos, por sua vez, com um mínimo de qualidade

técnica, estética e didática; a existência de um mínimo de consenso entre docentes e estudantes sobre o papel social a ser desempenhado por uma unidade acadêmica frente aos problemas da comunidade - sobretudo da sua fração (majoritária) que não tem recursos financeiros para pagar os honorários do profissional liberal; a existência de um estatuto ou protocolo de trabalho e gestão, em que se definisse claramente as condições de formação de equipes, de autoria e responsabilidade técnica, critérios e escolha / rejeição de propostas, processo decisório democrático, etc; a existência (ou o compromisso com a formação) de padrões mínimos, explicitados, de desenvolvimento de trabalhos, orientação aos estudantes, apresentação e publicação de trabalhos, formação de acervo, entre outros aspectos que devem ser fixados.

Os estágios supervisionados de projeto e de obra, como atividades integrantes do currículo de graduação, são criticados por sua fraca articulação aos currículos de graduação - sobretudo quando esses currículos pretendem ser transformadores da própria prática profissional.

Observamos que, na maioria das situações (de estágios supervisionados em escritórios), os estudantes recebem tarefas de pouco ou nenhum mérito acadêmico, com pouco ou nenhum impacto transformador, que eleve suas expectativas de prática profissional.

Quer-se aprender arquitetura e aprende-se AutoCAD - com as honráveis exceções de praxe. É comum o choque, para o estudante de arquitetura, entre a orientação dada nos ateliês inovadores (ou nem tanto) da academia e o que realmente se passa num escritório. Isso não conduz à conclusão de que os escritórios (ou a academia) estejam certos ou errados, mas que há um sério problema quando se tem uma separação tão evidente entre as práticas do ateliê acadêmico e o ateliê “de verdade”, do profissional liberal ou do escritório no serviço público.

A implantação e a gestão de um Laboratório de Projetos pode ter conseqüências de maior impacto do que se pode julgar preliminarmente. Por isso sua discussão deve ser inserida no atual quadro de definição da autonomia universitária, para que possam ser observadas as conseqüências curriculares e acadêmicas resultantes de sua existência.

PONTOS OBSCUROS OU MAL DEFINIDOS

Recentemente, o assunto Escritório Modelo passou a ser discutido em Curitiba em um encontro nacional de estudantes de arquitetura e gerou um documento denominado a Carta de Princípios. A Carta de Princípios é o documento principal para diferenciar os Escritórios Modelo das Empresas Juniores e Laboratórios de Habitação. Nele estão contidos os princípios desta atividade de extensão de iniciativa dos próprios estudantes dentro das escolas e faculdades. Os EMAUs são autônomos e a administração é de responsabilidade estudantil. Os trabalhos realizados dentro dos escritórios modelo não devem ter caráter assistencialista e sim abranjam a carência de arquitetos em comunidades de baixa renda onde na maioria das vezes o profissional formado não atua. Os projetos devem atender as comunidades como um todo e que o benefício da obra seja ela de arquitetura, urbanismo ou paisagismo priorize o coletivo.

Analisando esta situação, temos a impressão que talvez seja uma falha da docência deixar de participar desses encontros. O que será que eles querem dizer que as atividades não devem ter caráter assistencialista?

Segundo este documento, além das atividades realizados pelos EMAUs proporcionarem retorno da universidade à sociedade, os escritórios incrementam a vida acadêmica dos estudantes, dando oportunidade de ter experiência profissional no nível da graduação. A carta de princípios está em processo de revisão desde o III SENEMAU - Palmas 1999. Esta última versão foi elaborada no VI SENEMAU - POA 2002 com a presença de membros de EMAUs,

diretores da FENEA e outros participantes do seminário, no entanto só foi aprovada no III CONEA Curitiba realizado entre os dias 14 e 17 de março de 2002. Esta carta foi apresentada no Fórum de Legitimidade no VI SENEMAU às entidades de arquitetura (ABEA, IAB, FNA), além do Secretário de Habitação do Estado do RS, entre outros, obtendo positiva aceitação e apoio a esta atividade de extensão que é projeto da FENEA na qual acredita na força estudantil em aprimorar progressivamente e processualmente o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Segue a íntegra da carta:

CARTA DE PRINCÍPIOS DOS ESCRITÓRIOS MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO (FENEA)

A extensão, o ensino e a pesquisa, são fundamentais para a formação acadêmica. Os Escritórios Modelos são instrumentos de interação do meio acadêmico com a sociedade, tendo como princípio contribuir para o desenvolvimento desta, através da aplicação do conhecimento gerado e adquirido na Universidade. Afirma, ainda, o compromisso da Universidade com o desenvolvimento do saber.

O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU - é um projeto sem fins lucrativos conceituado e fomentado pela FENEA - Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Visa a melhoria da educação e da formação profissional, através da vivência social e da experiência teórica e prática como um todo.

A Carta de Princípios é o Código de Ética da FENEA para os Escritórios Modelo, sendo reconhecidos apenas àqueles que sigam os princípios inclusos nesta.

O Projeto de Orientação dos Escritórios Modelo - POEMA - é desenvolvido pela FENEA. Visa orientar e estimular a criação e manutenção dos EMAU's.

O Escritório Modelo segue, como eixo norteador ético, os quatro postulados da UNESCO e União Internacional de Arquitetos para a educação em Arquitetura e Urbanismo, assim como os princípios seguintes: Garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos humanos; Uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos; Equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído; Arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos.

Princípios: É um projeto de extensão universitária; propiciar a melhoria da formação acadêmica; retornar à comunidade acadêmica o conhecimento adquirido em suas atividades; difundir a atividade de arquitetura e urbanismo, promovendo a ampliação do mercado do profissional; atender a populações sem possibilidades de ter acesso ao trabalho do arquiteto e urbanista; ser de livre participação a todos os estudantes de arquitetura e urbanismo e outros interessados, sendo um espaço de debate e produção aberto a toda a sociedade; proporcionar o trabalho coletivo, visando uma gestão democrática e horizontal; estabelecer um processo projetual participativo, promovendo a mobilização social; garantir o trabalho integrado a outras áreas do conhecimento; ser autônomo em relação à universidade, entidades representativas de profissionais quanto a: formas de gestão e seleção de projetos e orientadores; os serviços não são remunerados pelos beneficiários; a responsabilidade técnica sobre os projetos elaborados pelos EMAU'S segue legislação reguladora dos exercícios das profissões; garantir sua sustentabilidade e a de seus participantes.

Contradições: As contradições sobre a implementação de Escritórios Modelo não cessam, e aparentemente estão longe de chegar a um senso comum entre os alunos de todo o Brasil. Cada vez mais procuram atender o discurso conceitual, só que não abrem mão, de serem os

gestores das tarefas, de serem autônomos em relação às instituições de ensino, como ocorre em outros cursos como os de Administração de Empresas ou de Contabilidade, entre outros.

Digamos que um trabalho não ocorreu como deveria. De quem seria a culpa? Essa função social perseguida pelos alunos de arquitetura se confunde com a total ignorância das responsabilidades técnicas a que são submetidos os projetos arquitetônicos no nível profissional.

Será que essa iniciativa não pretende mais projetar futuros vereadores? Não creio que esta mentalidade seja fruto da coletividade e da anuência de todos os alunos. Ainda não foi apresentado nenhum plebiscito que comprove que esses princípios são unânimes entre os estudantes das instituições federais, estaduais ou das particulares.

Outro ponto crítico é a forma com que algumas instituições particulares, sabedoras do esforço e intenção que os alunos das federais vêm fazendo para viabilizar seus Escritórios Modelos em todo o país, utilizam a falsa publicidade.

Obstáculos: São muitas as questões que devemos discutir sobre ensino de arquitetura antes de nos aprofundar-mos no assunto Laboratórios de Projetos e Estágios Supervisionados, no entanto, proponho para a reflexão, baseado em nossa experiência, alguns obstáculos a serem vencidos.

As poucas referências existentes sobre a implantação de Laboratórios de Projetação nas escolas de arquitetura, representa a maior dificuldade de avaliação sobre o assunto;

Outro problema é a falta de critérios claros e objetivos sobre a função e/ou necessidade desses laboratórios nas instituições;

A defasagem entre as instituições de currículos, de espaços físicos, de recursos didáticos, de docência participativa e integrada, de dicência interessada, são relevantes obstáculos;

A falta de apoio dos departamentos de fomento de atividades de extensão em proporcionar e auxiliar a viabilização dos laboratórios;

A contratação de professores de projeto em regime de período integral tem sido um grande empecilho para a maioria das instituições;

O interesse da instituição, dos professores e dos alunos em se envolver em atividades filantrópicas;

A pouca troca de experiências na área de ensino de projeto entre professores e instituições.

PONTOS CRÍTICOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE PROJETAÇÃO

As experiências das escolas brasileiras de arquitetura, no que tange aos Laboratórios de Projetos não têm sido divulgadas e discutidas regularmente. Isso acontece também com as experiências de práticas de projeto de arquitetura e de urbanismo desenvolvidas no âmbito das escolas, sob sua responsabilidade institucional.

Existem significativas diferenças na organização das escolas brasileiras de arquitetura, portadoras de diferentes histórias e com diferentes contribuições dadas ao ensino e à prática da arquitetura. Essas diferenças são notáveis quanto à (in) existência de linhas consistentes de pesquisa em nível de graduação e pós-graduação, a existência de experiências de trabalhos de extensão universitária, a existência de professores que tenham condições de dedicar-se exclusiva ou majoritariamente (face ao uso de seu tempo e de seus conhecimentos) às tarefas de ensino, pesquisa e extensão.

As escolas de arquitetura existentes nas Universidades Federais, em especial, pretendem transformar este laboratório como meio de captação de recursos, situação que deve ser considerada com extremo cuidado. Para as escolas de arquitetura (públicas ou particulares) estabelecidas, a implantação de uma organização que faça projetos gratuitos e/ou remunerados, deve ser criteriosa, quanto a escolha dos trabalhos com que se envolverão, implicando em riscos sérios à sua credibilidade como instituição.

Não se desconhece que todas as escolas brasileiras de arquitetura - sobretudo as públicas, são assediadas, com maior ou menor paixão, para que desenvolvam estudos e projetos de arquitetura e urbanismo para órgãos e organizações privadas e públicas. Para que associem seu nome a empreendimentos que se querem qualificado pela marca da academia.

Em alguns casos, essa associação é cabível, e até necessária: que escola não contribuiria para um programa habitacional de baixa renda, se convidada a participar? Em outros casos, essa associação é descabida e pernicioso: que escola avalizaria a especulação imobiliária e o oportunismo de determinados detentores de capital, que tudo querem comprar ou alugar?

Algumas questões devem ser debatidas:

Os critérios de aceitação ou rejeição de trabalhos serão claramente discutidos?

Que tipo de formação se terá nos Laboratórios de Projetos?

Que tipos de projetos poderão ser desenvolvidos?

Quantos trabalhos poderão ser desenvolvidos simultaneamente?

Sobre quem deverá recair a responsabilidade técnica dos projetos desenvolvidos e construídos, resultado da assistência prestada?

Devemos instituir a obrigatoriedade desse importante instrumento nas escolas de arquitetura?

Será que conseguiremos estabelecer como principal função desses laboratórios, para a academia, a incrementação de material de pesquisa de projeto fomentando a troca de experiências entre as escolas?

Se não for por este instrumento, como poderemos atender a premissa básica da existência das universidades que é de subsidiar pesquisa para a evolução e conforto do homem?

CONFIGURAÇÃO POSSÍVEL E DESEJÁVEL

O Laboratório de Projetos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do UnicenP, formou-se em 2001 em resposta ao desejo do coordenador, dos professores e alunos do curso por um envolvimento direto com a comunidade. Essa possibilidade de realização de trabalhos concretos vinculados às necessidades da clientela alvo - comunidade em geral e universitária, veio a significar uma oportunidade ímpar de aperfeiçoamento de alunos e professores ao propiciar:

- O repasse das pesquisas e investigações produzidas no UnicenP à comunidade (público) organizada e instituições sem fins lucrativos em geral no âmbito regional;
- Ao corpo docente a contínua prática do exercício profissional da Arquitetura, como um dos fatores básicos do aprimoramento da qualificação docente;
- A sensível ampliação da oferta de estágios supervisionados extracurriculares ao corpo discente em um ambiente que privilegia a intrínseca relação extensão - pesquisa - ensino.

Ainda, a estrutura em que se encontra inserido, estimula a busca por uma atuação de caráter interdisciplinar dada a diversidade de áreas do conhecimento e a qualificação dos profissionais docentes do curso. Assim, desempenhamos, sob a forma de extensão, sob o regime de filantropia, as atividades de projeto, consultoria, assessoria, além da realização de cursos, debates, seminários, palestras, viagens de estudo, mesas-redondas e outras vinculadas ao exercício profissional do arquiteto e que estejam necessariamente vinculadas à pesquisa, não implicando em concorrência com a iniciativa privada.

NOSSA EXPERIÊNCIA

Atualmente alunos do 2º, 3º e 4º anos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UnicenP vêm desenvolvendo projetos junto a instituições filantrópicas, orientados por professores e arquitetos. Três associações estão sendo beneficiadas, entre elas a Instituição Renascer, escola de ensino especial que atende 110 crianças e adolescentes, autistas e psicóticos. O convênio de cooperação entre a associação e o UnicenP foi firmado no final do mês de março e os estagiários de Arquitetura já estão realizando visitas e pesquisas para o desenvolvimento do projeto arquitetônico da sede da instituição.

O asilo São Vicente de Paulo atende a 150 idosas e também está recebendo o apoio dos acadêmicos, que estão projetando um centro de hidroterapia para a instituição. A Instituição Marlene Venâncio, do Grupo Renovar, cuida da reabilitação de 100 dependentes químicos e também terá sua sede projetada pelos alunos do UnicenP.

Até o final do mês de outubro os anteprojetos serão entregues às associações. Os estagiários trabalham no Escritório Modelo do Curso de Arquitetura e Urbanismo sob a supervisão dos professores: Orlando Ribeiro (Coordenador do Escritório Modelo), Carlos Eduardo Botelho (Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo), Maurício Diogo dos Santos e do arquiteto Lauro Roberto Meira de Andrade (aluno da Pós-Graduação UnicenP–Ciberarquitetura).

Ampliações e temas conexos;

Conceitos pedagógicos específicos ao desenvolvimento de orientação de projeto;

Consciência ética-profissional;

Universidade X Comunidade;

O papel do professor de projeto no atelier...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente atitudes decorrentes de pensamento crítico e científico podem recuperar o atual cenário das Escolas e da Arquitetura brasileiras. Devemos buscar a troca constante de informações para que possamos desenvolver um ambiente propício para as produções arquitetônicas científicas teóricas e práticas. As faculdades de arquitetura, apoiadas em seu maior patrimônio, seus professores, tem a capacidade e o dever de traçar rotas menos aleatórias para a evolução do ensino de projeto, visando a melhoria da qualidade da produção arquitetônica nacional. Afinal, este é o nosso papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro. Um hospital das Clínicas ou Instituto Legal? Artigo sobre Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UnB, Brasília. homepage da FAUUnB.

FENEA, DIEPE - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Escritório Modelo De Arquitetura e Urbanismo.

FENEA, DIEPE. Carta de Princípios dos Escritórios Modelo. In: VI SENEMAU, Palmas, 1999.

MEC, Secretaria de Educação Superior, Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília. 2001.

UFSC, Centro Tecnológico da UFSC, Laboratório de Projeto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ARQ). Laboratório de Projeto. Florianópolis, 2002. Homepage de UFSC.